

Edificação de Comunidade a partir do Ministério Compartilhado

Martin Volkmann

1. Introdução

Nos últimos anos, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), como de resto todas as igrejas seriamente preocupadas com a sua missão, teve sua atenção voltada para uma maneira de ser igreja que fosse condizente com o Evangelho e com as necessidades das pessoas nas comunidades. Assim, ao longo de diversas gestões do Conselho Diretor da IECLB, uma de suas prioridades era a edificação de comunidade¹. Inclusive o Conselho Diretor atual (gestão 1995-98), mesmo não usando essa nomenclatura, continua na mesma linha ao estabelecer as seguintes prioridades para a sua atuação: Comunidade participativa; Ministério compartilhado; Comunicação participativa; Orçamento participativo². Essa preocupação prioritária com a edificação da comunidade transparecia também, às vezes bem expressamente, nos temas da Igreja. Por exemplo, em 1981, “Homem e Mulher unidos na Missão”; ou, no biênio 1987/88, “E sereis minhas testemunhas”. O tema do biênio 1995/96 retoma bem claramente essa preocupação: “Somos Igreja! Que Igreja somos?”. E o tema lançado para os próximos dois anos de 1997/98 está em continuidade direta com o anterior, expressando a mesma atenção para com o ser-igreja da IECLB ali onde ela se encontra e para quem dela necessita: “Aqui você tem lugar”.

O então pastor-presidente Gottfried Brakemeier sintetizou esse anseio por uma nova maneira de ser Igreja de Jesus Cristo em seu artigo “Um Novo Modo de Ser IECLB? Ensaio de Eclesiologia Contemporânea”³. Partindo da análise da comunidade tradicional, em que destaca os aspectos positivos e as crises desta forma de ser igreja, passando pela descrição de iniciativas renovadoras (CEBs, movimento evangélico, igrejas pentecostais, círculos ecumênicos) e enfocando a seguir os princípios eclesiológicos luteranos, o autor conclui com considerações “em busca de um novo paradigma comunitário”. A partir dessa análise histórica, Brakemeier visualiza “uma comunidade aberta, mas não indefinida; multiatuaante, mas não dispersiva; participativa, mas não confusa” (p. 59). Tal comunidade se caracterizaria pelo trabalho em diferentes grupos e pelo concelebrar como momento congregador desses grupos. A concretização desse modelo exigiria a tolerância e cooperação mútuas; planejamento; lideranças “leigas”; redefinição das tarefas dos obreiros; e um redimensionamento da questão das finanças.

Nessas reflexões de Brakemeier transparece com clareza a caminhada em busca de uma maneira autêntica de ser igreja. Dentro dessa preocupação ampla, merece atenção especial a questão do ministério da Igreja (veja o tópico “redefinição das tarefas dos obreiros”). Nesse período estava em andamento toda uma reflexão em torno desse assunto que redundou na aprovação, no XIX Concílio Geral em 1994, do documento “Ministério Compartilhado”⁴. Esse aspecto Brake-meier analisa mais especificamente em um outro artigo, intitulado “Teses Referentes à Compreensão de Ministério na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) : Avaliação e Questões Abertas”⁵.

Portanto, a proposta do Ministério compartilhado está na seqüência desta caminhada em busca de uma nova maneira de ser Igreja de Jesus Cristo aqui nesse contexto. E as prioridades da atual gestão do Conselho Diretor se situam em conformidade com essa busca, da mesma forma como os dois temas da Igreja nesse período.

O objetivo das reflexões a seguir é contribuir com essa busca. Iniciamos com a análise das raízes do Ministério compartilhado. A seguir tecemos algumas considerações sobre edificação de comunidade e, no final, apontamos para algumas conseqüências e possibilidades que vislumbramos para a edificação de comunidade a partir do ministério compartilhado.

2. As Raízes do Ministério Compartilhado

Tanto quanto pudemos averiguar, a proposta do Ministério compartilhado é uma idéia peculiar à IECLB. A IECLB está seguindo um caminho próprio nessa questão dentro do luteranismo. Mesmo assim, as raízes de tal idéia remontam à teologia da Reforma e, por extensão, ao testemunho bíblico acerca do ministério da Igreja. Vejamos inicialmente as raízes de caráter teológico e, a seguir, as raízes históricas dentro da caminhada da IECLB.

2.1. As Raízes Teológicas do Ministério Compartilhado⁶

Os evangelhos do Novo Testamento descrevem a atuação de Jesus como tendo sido uma missão dinâmica e multiforme, em palavra e ação. Mateus resume esse ministério de Jesus com a frase: “Percorria Jesus toda a Galiléia, ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando toda sorte de doenças e enfermidades entre o povo” (Mt 4.23; veja também 9.35).

Ao olharmos para Atos e as cartas, vamos encontrar as comunidades dando continuidade a essa tríplice missão do Mestre, em obediência a seu próprio encargo (Mt 10.5ss.; 28.19-20). Vemos os apóstolos testemunhando e anunciando os grandes feitos de Deus (At 2.14ss.; 3.11); Paulo viajando mundo a fora levando

a boa nova a todos os povos (At 13ss.); as comunidades anunciando, ensinando e vivendo a diaconia mútua (At 2.42-47; 4.32-35).

Especialmente nas cartas de Paulo encontramos diversas passagens em que o apóstolo reflete sobre a comunidade e sua tarefa. A partir do Batismo somos participantes da obra salvífica de Cristo (Rm 6.3ss.; 2 Co 5.17ss.; Gl 3.27s.) e somos membros da comunidade: fomos incorporados na grande família de Deus (Ef 2.19), no corpo de Cristo (1 Co 12.12s.; Ef 4.4ss.). Portanto, "somos sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus" (1 Pe 2.9).

O que chama a atenção é que, exatamente nessas passagens em que o apóstolo traz essas afirmações fundamentais sobre a essência da comunidade, vêm, automaticamente, considerações sobre a sua tarefa: "somos embaixadores em nome de Cristo" (2 Co 5.20); "a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz" (1 Pe 2.9). Em Rm 12.1ss., depois de ter refletido nos capítulos anteriores sobre o significado e as implicações da obra salvífica de Cristo, Paulo destaca que ~~toda a vida do cristão é um culto a Deus, em resposta aquele serviço de Deus a nós.~~ Somos lembrados dele e o celebramos repetidamente em cada culto. Portanto, a comunidade tanto vive da obra salvífica de Deus em seu favor como vive em favor da divulgação dessa boa nova.

Para que a comunidade possa compreender, assumir e desempenhar essa última tarefa, Deus convoca pessoas com tarefas específicas: apóstolos, profetas, mestres, evangelistas (1 Co 12.28; Ef 4.11). Em outras passagens, ainda são mencionados diáconos, bispos e presbíteros (Rm 16.1; Fp 1.1; Tg 5.14; 1Pe 5.1, 5; Tg 5.14; 1Tm 3.2ss.).⁷ Essas pessoas não são as detentoras exclusivas da missão da comunidade, mas são incumbidas da tarefa específica do "aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo" (Ef 4.12). Em 1 Co 12, Paulo desenvolve esse mesmo pensamento a partir da idéia do corpo e dos dons que cada qual tem para a vida e o desenvolvimento desse corpo.

A partir dessa base bíblica, a teologia luterana desenvolveu a idéia do "sacerdócio geral de todos os crentes", em contraposição à diferenciação e à separação entre clero e laicato que marcava a doutrina católica romana. Enquanto aí a função ministerial é monopólio do clero, estando reservado aos leigos apenas consumir os bens sagrados "produzidos" por aquele, a Reforma resgata a idéia de que todo o povo de Deus participa da missão da Igreja. Ela é a base do batismo; este significa a incorporação no corpo de Cristo, indica que todos os cristãos são iguais diante de Deus e que, como membros deste corpo, têm participação na sua missão. Por isso o ministério é da comunidade. A ela cabe dar continuidade à obra de Cristo através da pregação do evangelho e da administração dos sacramentos, conforme a Confissão de Augsburg em seu quinto artigo. Mas pela razão de que a própria comunidade não vive sem que ela mesma seja constantemente confrontada com e alimentada pelo evangelho, determinadas pessoas são incumbidas de tarefas específicas em relação à comunidade. Temos aí os ministérios específicos. Assim como na comunidade primitiva havia os apóstolos, profetas, mestres, etc.,

da mesma forma a Igreja de hoje necessita de pessoas que estão especificamente a serviço do anúncio da Palavra e da administração dos sacramentos para a comunidade. Portanto, segundo a compreensão luterana, com base no Novo Testamento, “há dois momentos no ministério da Igreja: toda a Igreja é incumbida do anúncio da mensagem que mantém a Igreja, e indivíduos são incumbidos do anúncio da mensagem dirigida à Igreja”⁸.

Em conformidade com essa tradição, a IECLB definiu a questão da seguinte forma em *Nossa Fé — Nossa Vida*, seu “Guia de Vida Comunitária em Fé e Ação” aprovado no VIII Concílio Geral em 1972: “Os ministérios são cargos e funções para a realização da obra de Cristo. Na Igreja, a rigor, há somente um ministério: o de testemunhar o Evangelho de Cristo. Todos os outros ministérios, criados pela Comunidade ou Igreja, devem estar a serviço daquele.” E, logo a seguir, sob o título “Quem realiza a obra de Cristo no mundo?”, consta: “Todos nós, como membros da Igreja de Cristo, somos sacerdócio real, representantes de Deus, encarregados por ele mesmo para proclamar e viver a Boa Nova da salvação de Cristo. Todos nós somos chamados a realizar a obra de Cristo no mundo, como Comunidade e, individualmente, no ambiente em que vivemos.”⁹

Fiz questão de trazer um tanto extensamente, no final dessa primeira parte, a colocação básica sobre esse tema na IECLB, fazendo assim a ponte para a análise das raízes históricas do ministério compartilhado na IECLB.

2.2. As Raízes Históricas do Ministério Compartilhado

Voltemos às colocações em *Nossa Fé — Nossa Vida*. Esse guia de vida comunitária foi aprovado poucos anos após a consolidação da IECLB como igreja, também estruturalmente, em todo o país. Reflete, pois, um consenso alcançado entre diferentes vertentes sobre o ministério da Igreja, não idêntico ao ministério pastoral. Aceita-se a existência de diferentes ministérios específicos. São mencionados inclusive diversos outros obreiros: professores-catequistas, professores de ensino cristão, diáconos e diaconisas, leitores e pregadores, orientadores de grupos (p. 13). No entanto, há um destaque especial para a “função específica do pastor” (p. 12), enquanto as atribuições de todos os demais obreiros são analisadas conjuntamente. Leia-se, portanto: na IECLB sempre permaneceu viva a consciência da diversidade de ministérios especiais. A prática, no entanto, levou a uma concentração no ministério pastoral a ponto de se identificar, na consciência de muitas pessoas, ministério da Igreja com ministério pastoral. Mais ainda, justamente por causa dessa valorização exagerada da figura do pastor, a participação da comunidade como vivência do sacerdócio geral ficou atrofiada.

Mas nem sempre foi assim, e a proposta do ministério compartilhado evidencia que não precisa ser assim. Mais ainda, esta proposta reflete uma caminhada da IECLB ao longo da qual foi sendo gestada, desenvolvida e experimentada esta idéia. Vejamos alguns desses momentos.

O primeiro exemplo é a origem das próprias comunidades, no século XIX¹⁰, com os imigrantes alemães. Eles vieram para um país em que a Igreja Católica Romana era Igreja oficial. Não havia Igreja evangélica. Caso quisessem continuar fiéis à sua fé evangélica, teriam que organizar a sua vida comunitária a partir do nada. E foi o que fizeram. E o fizeram inicialmente sem a presença de pastores. Estes só vieram mais tarde. Quer dizer, a partir da consciência de pertencer ao povo de Deus e com base nos subsídios materiais de que dispunham (Bíblia, hinário e catecismo), eles próprios continuaram a reunir-se em culto, a instruir seus filhos na fé, a consolar-se mutuamente em suas dificuldades. Para coordenar essa vida comunitária, e assumindo geralmente também a função de professor, foram escolhidas do próprio seio da comunidade lideranças locais: os pastores-colonos. Assim, nesta pessoa estavam conjugadas as tarefas pastoral e educativa, esta última entendida em sentido bem amplo (formação geral e educação na fé). Mais tarde, com a vinda de pastores ordenados da Alemanha, essas lideranças foram relegadas para segundo plano e até combatidas. E assim, gradativamente, foi-se reproduzindo aqui o modelo herdado da Alemanha, centrado na figura do pastor, perdendo-se cada vez mais aquela chama reformatória do sacerdócio de todos os crentes e do ministério especial a serviço deste sacerdócio. Por outro lado, a função educativa foi se tornando cada vez mais tarefa de pessoa específica — o professor da escola. Esta ainda permanecia intimamente vinculada com a comunidade, mas o professor se encontrava em um nível inferior ao do pastor. Quer dizer, diante da necessidade não se tem receio e até se tem a consciência de viver o sacerdócio geral de todos os crentes. Mas, à medida que as comunidades crescem e se estruturam, o compartilhar inicial vai desaparecendo, e o sacerdócio geral vai cedendo lugar ao monopólio do ministério pastoral.

Mas a consciência desse fundamento teórico nunca se apagou. Mesmo que, durante décadas, tenha se mantido uma “igreja de pastores” em que as comunidades (os membros) eram atendidos pelos pastores, essa base teológica do sacerdócio geral de todos os crentes não poderia deixar de irromper. E foi o que aconteceu, nos anos setenta, em conexão com a discussão da tarefa do pastor, respectivamente a missão da comunidade, tanto em ambiente sob influência da teologia da libertação quanto dentro do movimento evangelical.

Sob o impulso do lema “comunidade missionária” na recém instalada Região Eclesiástica III, algumas paróquias do Distrito Eclesiástico Uruguai buscaram exercitar um novo modo de ser Igreja. Criou-se, após um longo processo de discussão nas comunidades, o Plano Integrado de Ação Interparoquial (PIAI)¹¹, integrando seis paróquias. A filosofia desse plano se resume na seguinte afirmação: “O PIAI não é apenas uma estrutura, mas muito mais uma diretriz de trabalho que visa a formação de líderes responsáveis e dispostos a testemunhar a sua fé.”¹² Ao invés de um trabalho de atendimento, os próprios membros, conscientes de seu sacerdócio, assumem a coordenação da vida comunitária: grupos, visitação, instrução na fé, cultos. Os pastores, por sua vez, passam a preocupar-se

especialmente com a preparação dos membros para tal tarefa, inclusive com a elaboração de material.

A estrutura de trabalho perdurou por alguns anos, tendo sido abandonada posteriormente por diversos motivos (econômicos, sobrecarga de algumas pessoas). Mas a idéia não morrera. Isso se evidencia num outro exemplo, fruto direto desse trabalho no Distrito Uruguai: o Catecumenato Permanente¹³.

Uma das preocupações marcantes das pessoas envolvidas com o PIAI fora a formação na fé, em especial o ensino confirmatório. Como fruto de duas consultas em torno desse assunto, foi levada para o IX Concílio Geral em 1974 a proposta do Catecumenato Permanente. Esta proposta foi amplamente aprovada no Concílio e tinha como objetivo orientar todo o trabalho na Igreja. Antes de ser um programa rígido, ao qual todas as comunidades devessem subordinar-se, o Catecumenato Permanente era uma idéia, uma filosofia de trabalho, “uma teologia orientadora, uma concepção fundamental do trabalho na Igreja, e refere-se ao desencadeamento de um processo de ação concreta”¹⁴

Essa teologia orientadora determinou em muitos aspectos a atuação da IECLB na segunda metade da década de setenta, inclusive com a criação de instâncias de formação e de elaboração de material. Também a nível pessoal, entre membros de comunidade e obreiros, essa idéia deixou suas marcas profundas. No entanto, ela não chegou a atingir os verdadeiros objetivos; não chegou de fato a marcar e orientar o “processo de atuação da Igreja” por motivos diversos, como pôde ser constatado durante o simpósio promovido pelo Instituto de Educação Cristã da Escola Superior de Teologia (IEC/EST) em outubro de 1994¹⁵. Apesar disso, essa idéia foi um dos elementos marcantes que determinaram a compreensão de comunidade e de ministério na IECLB. Se não tivesse havido toda aquela reflexão e todo aquele engajamento de muitas pessoas na época, hoje certamente não se falaria em ministério compartilhado na IECLB. O mesmo pode ser dito de outras experiências. A seguir, quero me reportar a mais duas outras.

Sob a influência da teologia da libertação, se desenvolve no âmbito de comunidades da IECLB a Pastoral Popular Luterana (PPL):

A PPL surge no início dos anos 80, com a articulação dos movimentos populares. O “novo” na PPL é que ela busca construir um espaço pastoral a partir da atuação de leigos/as preocupados/as com a pastoral popular. A PPL nasce a partir do trabalho nas bases, a partir do envolvimento de gente que já atuava nas causas populares e necessitava de um “lugar” para se organizar e refletir enquanto “povo luterano”. A PPL é um jeito de ser igreja que quer reunir as iniciativas existentes, fomentar mais grupos preocupados com a pastoral popular e refletir pastoralmente a luta do povo, contribuindo assim para a transformação do nosso jeito de ser igreja.¹⁶

O que se percebe claramente aqui não é uma preocupação com as dificuldades da Igreja *intra muros* — era esta uma das críticas que setores ligados à TdL faziam em relação ao Catecumenato Permanente —, mas sim a busca do ser-Igreja

junto com os setores populares. É uma maneira de encarar a vida toda, especialmente dos grupos menos favorecidos, sob a Palavra de Deus, e de, sob a orientação desta, buscar soluções para esses problemas concretos da vida. Mais um aspecto digno de menção: ~~a PPL é uma caminhada conjunta de membros de comunidade e de obreiros~~. Ela não é uma iniciativa surgida em escrivadinha, na cabeça de intelectuais; ~~é a articulação entre obreiros, lideranças e membros de comunidade~~ engajados na luta concreta em prol de uma vida melhor. Mas uma luta que parte do evangelho e que tem no evangelho o seu centro norteador.

No início dessa caminhada, esse trabalho estava concentrado nas lutas populares. Eram cristãos luteranos que, a partir de sua fé e em comunhão com outros irmãos e irmãs na fé, se engajavam nas causas dos desprivilegiados: pequenos agricultores, trabalhadores sem terra, educação popular, movimento sindical, etc. O trabalho com grupos específicos dentro da comunidade (crianças, jovens, mulheres) não condizia tanto com a ótica específica da PPL. Nos últimos anos houve uma ampliação do horizonte: também o engajamento nesses grupos pode ser uma forma de se fazer pastoral popular luterana, ao lado e junto com aqueles outros trabalhos.

A outra experiência refere-se ao trabalho do ~~Movimento Encontro~~ (ME). A partir de sua proposta em torno do discipulado, com base no ~~tripé evangelização, edificação e treinamento~~¹⁷, pastores ligados ao ME conseguiram motivar e engajar muitos membros no trabalho comunitário: grupos de estudos bíblicos, presbitérios, movimentos de casais. Assim, visando a levar as pessoas a uma fé assumida e vivenciada no dia-a-dia, o ME conseguiu fazer com que muitas pessoas vissem o seu engajamento na comunidade como tal forma de vivenciar a fé. Outras inclusive passaram a se dedicar com muito tempo para o trabalho missionário. Foi assim que surgiu a “~~Missão Zero~~”, inicialmente em Três Lagoas (MS) e, posteriormente, em Aracatuba e Andradina, ambas no estado de São Paulo¹⁸. Por isso têm certa razão aqueles que dizem ser o ME basicamente um movimento leigo.

Além desses exemplos de trabalho e vida comunitária que, segundo o que estamos tentando mostrar, determinaram o surgimento desta proposta do ministério compartilhado, dois outros fatores contribuíram sensivelmente para tal: a criação de instituições de formação para os ministérios catequético e diaconal.

A preocupação com a educação cristã marcou profundamente as comunidades desde a sua origem (veja acima), a tal ponto de os ~~binômios escola/comunidade e pastor/professor~~ fazerem parte da vida comunitária na época. Uma vez que os pastores, até a Segunda Guerra Mundial, provinham da Igreja-mãe na Alemanha, o empenho em formar professores para as escolas comunitárias (1909) é anterior à ~~criação da Escola de Teologia~~ (1946). Mas a formação específica de obreiros para o ministério catequético inicia em 1966, na Escola Evangélica Ivoti. Posteriormente, em 1977, o recém criado Instituto Superior de Catequese e Estudos Teológicos (ISCET) passa a assumir essa tarefa. E são justamente os/as estudantes e egressos/as do ISCET (obreiros/as catequistas) que lutam pelo reconhecimento e pela valorização de seu ministério¹⁹.

O outro grupo que igualmente luta por reconhecimento de seu ministério específico são os/as obreiros/as diaconais, principalmente a partir da criação da Comunhão de Obreiros/as Diaconais (COD). Esses/as obreiros/as recebem sua formação na Associação Diacônica Luterana, que funciona em Serra Pelada-ES desde 1956, e na Escola de Ensino Supletivo Seminário Bíblico-Diaconal, criada em 1974 em São Leopoldo (RS).

O resultado da luta desses dois grupos de obreiros/as é a aprovação do Estatuto do Exercício Público do Ministério Eclesiástico, respectivamente dos Regulamentos dos ministérios específicos (pastoral, diaconal e catequético) no XVIII Concílio Geral, em 1992. A aprovação da proposta do ministério compartilhado no Concílio Geral seguinte (1994) foi mera consequência lógica.

Portanto, a concepção de ministério da IECLB e a proposta de exercício desse ministério de forma compartilhada não é fruto do acaso; é resultado de uma percepção teológica e de uma caminhada histórica.

3. O Desafio do Ministério Compartilhado

Nossa análise das raízes do ministério compartilhado nos levaram a constatar que essa idéia nasceu e foi desenvolvida a partir de princípios teológicos da Reforma. Simultaneamente, ela continuou sendo gestada sobre esses princípios, com avanços e recuos, ao longo da história das comunidades da IECLB.

No entanto, ao lado dessa constatação positiva, não há como deixar de observar também que, por enquanto, o ministério compartilhado em grande parte ainda é uma idéia, um sonho, uma proposta em busca de concretização. Vejamos inicialmente alguns aspectos que evidenciam essa não-realização e, a seguir, alguns desafios que poderiam levar a sua concretização.

O próprio documento aprovado no Concílio Geral de 1994 inicia com uma “análise da realidade” em que se aponta para situações que dificultam ou impedem a vivência do ministério compartilhado. São apontados os seguintes aspectos: a) a realidade geral do País com forte processo de migração e urbanização que gera na população “desenraizamento e perda da força de tradição”, além de um processo de empobrecimento da população, realidade essa que afeta também a IECLB; b) a mentalidade de clube que prevalece em muitas comunidades (paga-se para receber atendimento); c) a visão do/a pastor/a como centro de toda a vida comunitária, que dificulta o trabalho em equipe com outros/as obreiros/as e inibe a participação dos membros; d) a vida comunitária bastante “fechada, fria, acabada e pronta (...)”, que acaba levando à conclusão de que “Falta maior solidariedade”; e) o pouco dinamismo missionário nas comunidades, que as impede de ultrapassar seus próprios limites.

Aprofundemos um pouco essa análise, enfocando especificamente um termo

usado pelo próprio documento: “pastorcentrismo”. Esse se evidencia num duplo sentido. De um lado, na atuação do/a pastor/a em relação à comunidade e, por outro lado, no trabalho conjunto com outros/as obreiros/as, seja qual for o seu ministério específico (catequético, diaconal ou pastoral)²⁰.

Por delegação da ordenação, “~~o pastor tem a incumbência de comunicar o Evangelho e ministrar os sacramentos, empenhando-se pela salvação e o bem-estar do homem~~”. Além disso, “~~o pastor é co-responsável pela administração da Comunidade~~”²¹. Essa tarefa é de fundamental importância para a continuidade da obra de Cristo e para a vida da Igreja. Sem ela não há comunidade. E em conformidade com essa delegação dada na ordenação, pastores/as assumem esse seu compromisso. Onde e quando eles/as zelam para que aconteça a pregação do evangelho e a administração dos sacramentos tendo em vista a salvação e o bem-estar das pessoas, ali há fidelidade à ordenação, e ali a comunidade é edificada. E isso, sem dúvida, foi feito nas comunidades da IECLB. Caso contrário, ela já não existiria.

No entanto, é impossível deixar de apontar também para aquelas situações em que essa autoridade foi “abusada”. A incumbência de comunicar o evangelho e de administrar os sacramentos levou a que se criasse, na imagem do/a pastor/a e na consciência da comunidade, a idéia de que ele/a seria como que o/a detentor/a exclusivo/a dessa tarefa. Essa imagem ainda é reforçada por dois outros fatores: o estudo teológico profundo e prolongado do/a pastor/a e a influência da imagem católica, bem como o uso comum da expressão “leigo” como aquele que não sabe e não tem condições de exercer o seu sacerdócio.

O estudo profundo da teologia não é sinônimo de distanciamento e de supremacia. Isso é mais uma questão de postura. O estudo teológico é condição indispensável para a reflexão séria e abrangente da mensagem cristã diante dos desafios do momento²². Mas isso não precisa levar ao distanciamento. As reflexões de Paulo Freire nos levaram justamente ao contrário, ou seja, a redescobrir a valorização de cada qual com seu conhecimento e o processo de educação como uma troca de saberes. Por isso é indispensável que pastores/as e, da mesma forma, os/as demais obreiros/as, redescubram e assumam o que o Apóstolo escreve em Ef 4.12, depois de mencionar uma série de ministérios específicos: “com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo”. O mesmo também consta em *Nossa Fé — Nossa Vida* logo a seguir ao que citamos acima sobre as atribuições do/a pastor/a: “Cabe-lhe a função de formar e orientar teologicamente os membros; de treinar, equipar e incentivar as pessoas chamadas por Cristo a desenvolverem os seus dons”²³.

Essa tarefa, sem dúvida alguma, fica prejudicada quando uma pessoa é responsável por um grande número de comunidades. Aí a tendência de se restringir a atuação ao atendimento de serviços na comunidade (cultos, ofícios, grupos) é muito grande e até compreensível. Os membros, por sua vez, por contribuírem para a manutenção da comunidade, inclusive de seus/suas obreiros/as, estão tenta-

dos a verem a comunidade mais como clube e a si mesmos como sócios que têm direito ao atendimento por parte da comunidade e do/a obreiro/a. Mas justamente nisso reside o desafio de exercitar o ministério compartilhado.

Antes de aprofundarmos esse aspecto, vejamos ainda o “pastorcentrismo” sob a ótica do trabalho conjunto com os/as demais obreiros/as. Pelo fato de o/a pastor/a ter a responsabilidade pela orientação teológica da comunidade e visto que, na maioria dos lugares, há apenas um/a obreiro/a, isso gerou um certo espírito de auto-suficiência: cada um/a é bispo de sua diocese. Essa auto-suficiência é reforçada ainda mais pela concentração de poder nas mãos do/a pastor/a. Isso se evidencia numa postura hierárquica em relação a obreiros/as de outros ministérios específicos (catequista, diaconal), respectivamente na forma de encarar membros engajados no trabalho comunitário como “auxiliares” do/a pastor/a. Além do mais, em relação a colegas de ministério pastoral isso se evidencia numa dificuldade de “trabalho em equipe” (para não usarmos, aqui, o termo “ministério compartilhado”). Como exemplo disso, basta lembrar as paróquias que, devido a tal impossibilidade de atuação partilhada, acabam se subdividindo para criar campos de trabalho reservados para obreiros/as considerados/as individualmente.

Portanto, apesar de termos a fundamentação teológica e algumas experiências ao longo da caminhada, a idéia do ministério compartilhado ainda continua sendo um desafio. Vejamos esse aspecto mais de perto.

Também em relação aos desafios que o ministério compartilhado representa, o próprio documento contém uma série de considerações muito profundas em sua parte final (item 3). Interessante é que esse item leva o título: “Como chegar mais perto da tal Comunidade?”.

Assim, o primeiro desafio provém do conceito de comunidade. Mesmo que a comunidade não exista sem o ministério, este não representa uma grandeza à parte que poderia, por sua vez, existir sem a comunidade. Por isso, o mais importante é a comunidade que, na compreensão luterana, é a Igreja, porque é ali que se dá a comunhão dos santos que vive do evangelho, em Palavra e Sacramento. Por isso, ~~falar de ministério compartilhado é falar da comunidade.~~ E aí o grande desafio é ~~passarmos da idéia de comunidade no sentido de sociedade para a compreensão de comunidade como idêntica à comunhão dos santos.~~ Ou seja, importa resgatarmos e ~~desenvolvermos entre os membros a consciência de que, a partir do Batismo, todos são sacerdotes e sacerdotisas.~~ Logo, eles não dependem, em princípio, da intermediação do clero (ministérios especiais) para chegar a Deus, obter a salvação e vivenciar a fé. Pelo contrário, a partir do Batismo os membros da comunidade formam a comunhão dos santos onde esta salvação é continuamente vivenciada e anunciada. Esta é a atribuição do ministério da Igreja. Os ministérios específicos existem em função dessa tarefa intrínseca à comunidade; eles são o desdobramento desse ministério único da Igreja. Seu objetivo consiste em “facilitar o surgimento de uma comunidade mais acolhedora, solidária, terapêutica, participativa, aberta, integradora, enfim, missionária. Tal comunidade está aí

para o louvor e a glória de Deus, para a bênção do mundo e para a sua própria alegria”, conforme consta no próprio documento sobre o Ministério compartilhado (2.13).

O segundo desafio vem da necessidade de esclarecer as atribuições de cada um dos ministérios específicos. Também nesse sentido o próprio documento dá os primeiros impulsos. Com isso, ele dá um passo adiante naquilo que fora decidido no Concílio Geral anterior, quando foram aprovados os Regulamentos do exercício público dos ministérios específicos. Pois ali apenas o ministério pastoral (por motivos óbvios, como procuramos demonstrar acima) está especificado de maneira mais clara (cap. V, art. 17), enquanto nos dois outros Regulamentos esse capítulo é bastante resumido, sem maiores detalhes. O documento do Ministério compartilhado, aprovado dois anos mais tarde, dá alguns passos adiante (veja 3.1.1 a 3.1.3). Ele não se limita aos três ministérios já regulamentados, mas procura definir inclusive as atribuições dos/as missionários/as (3.1.4). Quanto a essas atribuições específicas dos diferentes ministérios, cabe dizer que os elementos fundamentais já foram colocados, não por último pela própria tradição bíblica e histórico-confessional.

Mas não basta definir essas atribuições apenas no papel. Importa que isso adentre as consciências das pessoas, especialmente daqueles/as obreiros/as que, até agora, praticamente detinham o monopólio do ministério da Igreja, ou seja, o ministério pastoral. Essa conscientização deve acontecer necessariamente durante a formação para o ministério, mas também na formação contínua em cursos, reciclagens, encontros, etc. A melhor forma de conscientização é o exercício da partilha já durante a formação e, especialmente, na prática ministerial. Nesse sentido está em estudo a idéia de se criar um núcleo comum de formação básica para os diferentes ministérios, seguindo-se a isso a formação especial para o ministério específico. Além de proporcionar uma formação compartilhada, essa modalidade oferece a oportunidade mais ampla de descoberta dos dons e definição mais consciente da vocação para o ministério específico.

O terceiro desafio — quem sabe o mais importante, em conexão com o que dissemos acima sobre a fundamental centralidade da comunidade — é o que o documento coloca apenas como observação ao final das considerações sobre as atribuições específicas de cada ministério: “~~Os quatro ministérios, portanto, investem na formação de ministérios leigos (lideranças leigas), cada um em seu âmbito respectivo, visando a instrumentalização da comunidade, com vistas à sua missão.~~” Nisso reside justamente a “novidade” tão antiga dessa proposta: o caráter diaconal dos ministérios específicos, justamente para que a comunidade ou os leigos, isto é, os membros do povo de Deus, possam vivenciar o seu sacerdócio.

Isso implica, como quarto desafio, a valorização do “ministério leigo”²⁴. O próprio documento observa o seguinte: “Na prática poderão surgir, a nível local, ministros leigos, para liderarem os seguintes serviços e grupos: JE, OASE, visita-ção, apoio a enlutados, viúvas, música, administração, casais, ensino confirmatório, ensino religioso nas escolas, zeladoria, equipe litúrgica, etc.” (2.11). Com isso

se resgata, por um lado, a valorização de todo o trabalho como serviço a Deus (toda a profissão é uma vocação!); por outro, se valoriza o engajamento de todas as pessoas no trabalho comunitário, mesmo que ele seja o mais humilde e simples imaginável.

Portanto, a idéia do ministério compartilhado parte de dois princípios fundamentais e se desenvolve em dois níveis:

a) o princípio do sacerdócio geral de todos os crentes e o princípio do ministério da Igreja que se desdobra em diferentes ministérios específicos;

b) esse ministério da Igreja se desenvolve num compartilhar dos diferentes ministérios específicos entre si e num compartilhar entre os ministérios específicos e o sacerdócio geral de todos os crentes ou ministério dos leigos.

4. Edificação de Comunidade a partir do Ministério Compartilhado

Comunidade e ministério, assim o vimos, formam uma relação íntima; um não existe sem o outro. A comunidade tem sua origem naquilo que perfaz a essência do ministério (Palavra e Sacramento). E como a comunidade é uma realidade dinâmica que continuamente se reabastece dessa sua fonte original, ela não tem sua origem apenas no ministério; ela vive constantemente do que o ministério tem a oferecer. Ela é edificada pelo ministério. Por sua vez, o ministério perde sua razão de ser quando não vive em função de criar comunidade, respectivamente edificar a comunidade que se criou.

Uma vez que o ministério único da Igreja se desdobra em diferentes ministérios específicos e se desenvolve em um compartilhar entre esses ministérios específicos, respectivamente junto com o ministério dos leigos — que perspectivas se abrem para a edificação da comunidade a partir desse compartilhar?

Muitas vezes, quando surge uma proposta nova a nortear o trabalho da Igreja, se levantam restrições e resistências, porque se imagina que agora tudo vai ser diferente; o que foi feito até então não tem valor. Já os que abraçam a nova idéia podem cair no outro extremo: esqueça-se o passado, abandone-se o que foi construído e inicie-se algo totalmente novo; a nova proposta parte do ponto zero.

Ao nosso ver, nenhuma das posturas corresponde ao espírito da idéia de ministério compartilhado. Não se quer nem se pode apagar o passado, fazer terra rasa e querer começar a construir algo totalmente novo. Mas também não se objetiva deixar tudo como está, sem partir para propostas diferentes, novas formas de atuação e uma presença em novos campos. A idéia do ministério compartilhado realmente resgata fundamentos teológicos muito antigos e próprios de nossa confessionalidade e valoriza experiências feitas ao longo da caminhada histórica da IECLB, no passado e no presente. Por isso esta idéia engata em nossa história e aponta para rumos de ser Igreja hoje.

No entanto, não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. Existe a necessidade de um processo de amadurecimento, tanto a nível de obreiros/as dos diferentes ministérios, quanto a nível de membresia (veja o que dissemos acima sobre os desafios dessa idéia). Por isso também se faz necessário colocar prioridades. Onde investir? Por onde iniciar?

Tendo em mente esse fato, procuramos tecer, a seguir, algumas considerações sobre as possibilidades de se edificar comunidade a partir do ministério compartilhado. Ou melhor: consideramos onde a edificação da comunidade sai enriquecida quando encarada sob a ótica dessa idéia de ministério compartilhado. Partimos do pressuposto de que nossas comunidades tradicionais, assim como estão constituídas, têm um potencial enorme a ser explorado: potencial para desenvolver e aprofundar trabalhos que já existem, mas também possibilidades para alargar horizontes e enfrentar novos desafios, respectivamente antigos desafios de forma nova.

1. Com vistas a superar gradativamente a idéia do/a obreiro/a que faz tudo e da comunidade que se deixa servir e atender, resgatando a idéia do sacerdócio geral de todos os crentes, seria importante investir na formação de um grupo de liderança na comunidade. Formação em duplo sentido, ou seja, tanto no sentido de realmente reunir e valorizar aquelas pessoas que se sentem desafiadas a se engajar na comunidade, quanto no sentido de oferecer a estas pessoas possibilidade de crescimento e aprofundamento. Esta oferta deve ocorrer em nível local, mas também devem ser aproveitadas as possibilidades em nível regional. Para tal, já há uma série de experiências dentro da IECLB: a) cursos do Instituto de Capacitação Teológica Especial (ICTE); b) cursos para líderes de culto no Distrito Eclesiástico Mato Grosso; c) Celebrar e Viver, experiência feita nas Comunidades de Porto Alegre e São Leopoldo; d) seminários oferecidos pelo Departamento de Catequese, visando especialmente a atuação junto a crianças (Semanas de Criatividade e outros); e) cursos de liderança para jovens oferecidos pelo Departamento Nacional para Assuntos da Juventude. Estes são apenas alguns exemplos. Eles não pretendem nem têm condições de ser completos. Mas o que importa é a idéia fundamental: investir na formação das pessoas em nível local e aproveitar as ofertas em nível regional. E mesmo em nível local, não há necessidade de que essa formação seja assumida por um/a único/a obreiro/a. Já essa tarefa pode ser compartilhada entre pessoas de diferentes ministérios específicos e pessoas de outras áreas (professores/as, assistentes sociais, agentes de saúde, etc.).

2. Pensando especificamente no culto, vale observar que em diversas comunidades têm surgido equipes de liturgia. Com isso estão sendo atingidos diversos objetivos: há um acordar para a importância da dimensão litúrgica da vida e do culto; surge toda uma renovação litúrgica; o culto cada vez mais se torna da comunidade e não apenas do/a pastor/a; e cultos são realizados mesmo sem a presença de um/a pastor/a. Para vir ao encontro desse "acordar litúrgico" estão sendo oferecidos pelo Instituto de Pastoral da EST cursos para multiplicadores de equipes de liturgia. Esse avivamento litúrgico é uma maneira bem concreta em que

acontece edificação de comunidade de forma compartilhada. Isso porque tal avivamento é uma atividade partilhada e porque mostra claramente a importância do culto para a edificação da comunidade.

3. Uma modalidade muito freqüente de contato dos membros com sua comunidade são os ofícios casuais (batismo, confirmação, bênção matrimonial e sepultamento). É especialmente nesses momentos que a comunidade é procurada por aquelas pessoas que em geral têm pouca vivência comunitária. Mas mesmo independentemente do nível de engajamento das pessoas na comunidade, defendemos a tese de que esses momentos são ocasiões extremamente especiais para a edificação de comunidade. Por isso são também oportunidades muito boas de se exercitar o ministério compartilhado. Esse duplo aspecto fica bem evidente se considerarmos não apenas o ofício em si, mas como um conjunto constituído de três partes: antes, durante e depois. Normalmente se olha apenas para o ofício em si, momento em que o/a pastor/a está no centro. Por sua atuação estar restrita a esse momento, o/a pastor/a inclusive se sente, muitas vezes, como mero “mestre de cerimônia”. No entanto, se considerarmos todo o preparo anterior para cada um desses ofícios (às vezes inclusive para o sepultamento no caso de pessoa idosa e/ou enferma) e também o acompanhamento posterior, torna-se óbvio que se oferece e exige um envolvimento de muitas pessoas. Eis aí a possibilidade de pessoas colocarem seus dons a serviço (visitação a enfermos e enlutados; preparação para a bênção matrimonial; participação no ensino confirmatório e em grupos de jovens, depois da confirmação; encontro de casais). Por sua vez, a preparação e o acompanhamento de pessoas que se engajam nesse trabalho serve como desafio e possibilidade de contribuição a todos os ministérios específicos.

4. A observação final do item anterior leva-me a tecer algumas considerações sobre a presença de obreiros/as de diferentes ministérios específicos. A maioria das paróquias não tem condições de contratar mais de um/a obreiro/a. É aí tradicionalmente, com raras exceções, tal obreiro/a é do ministério pastoral. Onde paróquias sozinhas não têm condições de manter mais de um/a obreiro/a, a solução é: ou contratar duas pessoas em tempo parcial; ou diversas paróquias em conjunto abrirem espaço para alguém, por exemplo do ministério catequético, para coordenar a atividade educativa. Em paróquias maiores, com diversos/as obreiros/as, tanto o compartilhar de dons e capacidades quanto a edificação da comunidade será mais intensa e multiforme quando houver espaço para obreiros/as de ministérios específicos distintos. Isso possibilita a contribuição diversificada da especialidade de cada pessoa, enriquecendo o trabalho conjunto. Portanto, a edificação da comunidade só poderá sair ganhando onde o ministério for compartilhado.

5. Esse fato fica ainda mais evidente se considerarmos a variedade de frentes que poderão ser abertas onde houver diversidade de ministérios. Isso vale especialmente para o ambiente urbano²⁵. Pois é aí que se pode observar uma situação aparentemente contraditória: a grande concentração de pessoas e proximidade física entre as pessoas (nas ruas, nos pequenos apartamentos, nos locais de traba-

lho) e, mesmo assim, o profundo sentimento de solidão por falta de relacionamento mais profundo. Além disso, uma multiplicidade de ofertas de atividades, de lazer, de consumo e, mesmo assim, um vazio de sentido, de conteúdo da vida. Nessa realidade, a comunidade não pode restringir-se a oferecer o tradicional programa de atividades do ambiente rural. Há necessidade de diversificação: em termos de grupos, de horários, de locais, de público-alvo, de atividades. Não para concorrer com a enormidade de ofertas já existentes, mas para oportunizar às pessoas a construção de novas relações. E aí a diversidade de ministérios específicos, bem como o aproveitamento da multiplicidade de dons entre os membros do povo de Deus, só pode representar um enriquecimento para a edificação desse povo.

5. Considerações Finais

A proposta do ~~ministério compartilhado~~ é uma idéia nova dos últimos anos, mas tem uma longa tradição a respaldá-la. Ela não surgiu de uma hora para outra, da cabeça de algumas pessoas. ~~Ela é fruto de uma longa caminhada, tanto em termos de reflexão teológica, quanto em experiências de prática comunitária.~~

No entanto, ela também não deixa de ser uma proposta nova. ~~Ela traz novos desafios para a compreensão e o exercício do ministério, para a organização e a vivência comunitária, para a própria maneira de ser e viver comunidade.~~ Por isso essa proposta não pode ser entendida como um programa a ser imposto e executado. Deve ser, isso sim, ~~uma teologia orientadora da prática comunitária.~~ Logo, essa idéia não se impõe por decreto, mas ela amadurece pela própria prática. À medida que forem sendo enfrentados os desafios que esta proposta traz implícitos em si, a proposta deixa de ser mera idéia para se tornar realidade. E aí se irá comprovar que a comunidade sai melhor edificada quando o ministério for compartilhado.

Notas

- 1 Cf. Sílvio SCHNEIDER, A caminhada da IECLB à luz de seus concílios, temas e prioridades, in: Gottfried BRAKEMEIER (ed.), *Presença luterana 1990*, São Leopoldo : Sinodal, 1990, p. 147-161.
- 2 Cf. IECLB, Relatório do pastor presidente ao Concílio Geral em Toledo, 16 a 20/10/1996, p. 11. Nessas prioridades a preocupação com a edificação da comunidade se evidencia na expressão destacada "participativa".
- 3 Cf. *Estudos Teológicos*, v. 34, n. 1, p. 47-63, 1994.
- 4 Cf. IECLB, Ministério compartilhado: uma proposta para a IECLB [Anexo nº 1 do *Boletim Informativo* de 25.11.94]. Cf. também um texto preparatório para este documento: ID., Ministério e ordenação: um posicionamento do Conselho Diretor [Anexo ao *Boletim Informativo* nº 123 de 11 de julho de 1991].
- 5 Cf. *Estudos Teológicos*, v. 35, n. 2, p. 117-123, 1995.

- 6 Sobre isso o próprio documento aprovado pelo XIX Concílio Geral traz as reflexões fundamentais. Limite-me a retomar alguns enfoques, sem pretensão de originalidade, mas apenas para trazer uma visão conjunta de toda a questão. Cf. também Lothar C. HOCH, O ministério dos leigos: genealogia de um atrofiamento, *Estudos Teológicos*, v. 30, n. 3, p. 256-272, 1990.
- 7 Enquanto que nas cartas autênticas de Paulo, que refletem o estágio inicial da Igreja, há uma diversidade de serviços ministeriais (veja principalmente Rm 12.3ss.; 1 Co 12; Ef 4.7-16), nas cartas pastorais e católicas há um afinamento em torno de três funções ministeriais: bispos, presbíteros e diáconos (1 Pe 5.1, 5; Tg 5.14; 1 Tm 3.1ss.; 5.17ss.; Tt 1.5ss.). Cf. Günther BORNKAMM, Presbitério, in: Gerhard KITTEL (ed.), *A Igreja no Novo Testamento*, São Paulo : ASTE, 1965, p. 219-265; J. DELORME (ed.), *El ministerio y los ministerios segun el Nuevo Testamento*, Madrid : Cristiandad, 1975. Veja também os artigos correspondentes aos termos *episkopos*, *diakonos* e *presbyteros* em Gerhard KITTEL (ed.), *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*.
- 8 Martin N. DREHER, A concepção luterana do ministério eclesiástico : alguns apontamentos, *Estudos Teológicos*, v. 23, n. 3, p. 236, 1983.
- 9 IECLB, *Nossa fé — nossa vida*, 15. ed., São Leopoldo : Sinodal, 1996, p. 10. O que chama a atenção nesta definição é que se fala, em primeiro lugar, dos ministérios e, a seguir, do sacerdócio real. Nisso sem dúvida transparece aquele aspecto fundamental de que o que perfaz o ministério é anterior à comunidade, e a existência do mesmo é da vontade de Deus com vistas à comunidade. Ao mesmo tempo, isso não deixa de evidenciar uma realidade muito forte também nas igrejas luteranas: a valorização maior do detentor do ministério, em especial do/a pastor/a, em detrimento do sacerdócio geral de todos os crentes; cf. quanto a isso Lothar C. HOCH, op. cit., p. 261-266.
- 10 Cf. quanto a isso Martin N. DREHER, *Igreja e germanidade* : estudo crítico da história da IECLB, São Leopoldo : Sinodal, 1984; ID., A história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, in: Gottfried BRAKEMEIER (ed.), *Presença luterana 1990*, São Leopoldo : Sinodal, 1990, p. 94-104; Joachim H. FISCHER, C. JAHN, *Es begann am Rio dos Sinos* : Geschichte und Gegenwart der Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien, Erlangen : Ev.-Lutherische Mission, 1970.
- 11 Cf. a análise detalhada desse trabalho em Édson E. STRECK, *A tarefa, o lugar e a atuação do pastor da IECLB a partir da experiência realizada no PIAI*, Dissertação (Mestrado em Teologia) — Instituto Ecumênico de Pós-Graduação/EST, São Leopoldo, 1985. [Polígrafo.]
- 12 ID., *ibid.*
- 13 Veja o documento-base em Germano BURGER, *Quem assume esta tarefa?* : um documentário de uma Igreja em busca de sua identidade, São Leopoldo : Sinodal, 1977, p. 87-105; o mesmo texto consta em CENTRO DE ELABORAÇÃO DE MATERIAL (CEM), *Aprendizagem e vivência do evangelho*, São Leopoldo : Sinodal, p. 74-98. Cf. também Martin VOLKMANN, Catecumenato permanente — um desafio que permanece, *Estudos Teológicos*, v. 34, n. 3, p. 205-218, 1994. Na mesma revista, veja também os demais artigos sobre o assunto, fruto de exposições em uma consulta sobre o referido tema realizada em outubro de 1994.
- 14 CEM, op. cit., p. 74. Veja também o que consta nas conclusões da consulta e na justificativa da moção encaminhada ao Concílio Geral: “É o processo de atuação da Igreja, que visa a maturidade do cristão, isto é, a sua liberdade integral através da vivência do evangelho em comunhão e a conseqüente ação responsável no mundo”. Cf. Martin VOLKMANN, op. cit., p. 208.
- 15 Cf. Huberto KIRCHHEIM, Catecumenato Permanente — conseqüências e resultados, *Estudos Teológicos*, v. 34, n. 3, p. 255-261, 1994; veja também Martin VOLKMANN, op. cit., p. 214-216.
- 16 Depoimento de Rui Braun em PPL, *O eu como indivíduo na história* : reflexões e propostas do 5º Congresso Nacional de Leigos e Leigas e do 10º Encontro de Obreiros e Obreiras da PPL, Palmitos : PPL, s. d., p. 14s.

- 17 Cf. EQUIPE “LEIGA” DO MOVIMENTO ENCONTRÃO, *Discipulado: Encontrão estudos*, s. l., s. d.
- 18 “Missão Zero” é um projeto missionário que visa a criar uma comunidade luterana onde tradicionalmente não existem membros da IECLB. Por isso membros de comunidades tradicionais da IECLB, junto com um pastor, se transferem para tal localidade, formando ali um núcleo comunitário a partir do qual é feito intenso trabalho missionário de visitação com o intuito de convidar as pessoas para aderirem à fé cristã e se sentirem acolhidas nessa comunidade. Cf. Oziel C. de OLIVEIRA, O desafio missionário da IECLB e sua estrutura, *Anuário Evangélico*, v. 22, p. 90-92, 1993; PROJETO MISSÃO ZERO, *Missão Zero, Encontrão*, v. 6, n. 17, p. 7, 1988.
- 19 O modelo de formação do IS CET combinava preparação teológico-catequética com estudo em uma faculdade tendo em vista a obtenção de uma qualificação profissional. Por diversos motivos esse modelo não pôde ser mantido, tendo o IS CET sido extinto em 1985. Em seu lugar foi criado o Instituto de Educação Cristã, incorporado à Escola Superior de Teologia.
- 20 Até o momento, na IECLB há três ministérios oficialmente reconhecidos com ordenação: pastoral, catequético e diaconal. No entanto, o próprio documento do ministério compartilhado aponta para o fato da “necessidade de criarmos, na IECLB, o ‘ministério missionário’” (item 2.8, veja também item 3.1).
- 21 Cf. IECLB, *Nossa fé — nossa vida*, p. 11; cf. também ID., *Regulamento do exercício público do ministério pastoral*, cap. V, art. 17.
- 22 Cf. quanto a isso Gottfried BRAKEMEIER, A função e a tarefa da Faculdade de Teologia da IECLB, *Estudos Teológicos*, v. 11, n. 1, p. 50-58, 1971; Hermann BRANDT, Por que teologia “científica”?, *Estudos Teológicos*, v. 12, n. 2, p. 94-99, 1972.
- 23 IECLB, *Nossa fé — nossa vida*, p. 11.
- 24 Cf. Lothar C. HOCH, op. cit. Mesmo que ultimamente tenha se imposto essa designação “ministério leigo/dos leigos”, talvez por influência da teologia católica, na compreensão luterana parece-me que não é bem correto usar essa expressão. Isso em razão de que a Reforma justamente resgata aquela idéia de que todo o povo de Deus é sacerdócio real; portanto, todos participam do serviço a Deus, sendo que esse serviço não é um ministério, mas sim um sacerdócio. Ministério, por sua vez, é o termo usado para caracterizar aquelas pessoas vocacionadas e incumbidas de uma tarefa especial — os ministérios específicos. Veja Martin N. DREHER, A concepção luterana do ministério eclesialístico, p. 231ss. No entanto, considerando a origem do termo “ministério” (é a versão latina para o termo *diakonia* = serviço), justifica-se usar esse termo para caracterizar o serviço de todo o povo de Deus.
- 25 Cf. Werner FUCHS, C. A. LIMA, Pastoral urbana : evangelho sem redutos, *Estudos Teológicos*, v. 36, n. 2, p. 155-164, 1996; nas p. 165-168 do mesmo número dessa revista, há uma extensa relação de bibliografia sobre pastoral urbana.

Martin Volkmann
Escola Superior de Teologia
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo — RS